

Segurança monta esquema para garantir apuração

A secretaria de Segurança Pública, em conjunto com o Tribunal Regional Eleitoral, está montando um esquema de segurança para o dia das eleições que resguarde também o bom andamento da apuração dos votos. Para isso, todo o efetivo da Polícia, mais de 12 mil homens, será direcionado para as eleições, mas as prisões já estão proibidas desde o início da semana, a não ser em caso de crime em flagrante, condenação ou desrespeito a salvo-conduto.

A panfletagem, mesmo a partir de helicópteros ou aviões, estará sendo coibida pela Secretaria de Segu-

rança, que também impedirá a 100 metros das urnas qualquer propaganda eleitoral, como distribuição de broches, santinhos ou camisetas. Os infratores poderão ser detidos segundo a decisão do juiz eleitoral.

Nas 11 zonas e nas 2.540 seções, os policiais militares, civis, agentes de trânsito e bombeiros militares estarão assegurando o bom andamento das eleições. Eles não poderão se aproximar dos postos a não ser quando a pedido do juiz ou do mesário. Para as apurações está sendo montado um dispositivo nas 11 zonas com policiais civis e militares que ficarão nos locais

até 10 dias após as eleições, se preciso.

No boletim de ontem da Secretaria de Segurança Pública, o de nº 217/86, todos são esclarecidos para a Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, que em seu artigo 236 prevê que "nenhuma autoridade poderá, desde 5 dias antes e até 48 horas depois do encerramento da eleição, prender ou deter qualquer eleitor." A própria lei prevê que só "em flagrante delito ou em virtude de sentença criminal condenatória por crime inafiançável ou, ainda, por desrespeito a salvo-conduto" o cidadão poderá ser preso.